

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

|   |  |
|---|--|
| <b>Código da Oferta:</b>                    | OE201806/0217  |
| <b>Tipo Oferta:</b>                         | Procedimento Concursal de Regularização  |
| <b>Estado:</b>                              | Expirada   |
| <b>Nível Orgânico:</b>                      | Ministério dos Negócios Estrangeiros   |
| <b>Orgão / Serviço:</b>                     | Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros   |
| <b>Vínculo:</b>                             | CTFP por tempo indeterminado   |
| <b>Regime:</b>                              | Carreiras Gerais   |
| <b>Carreira:</b>                            | Assistente Operacional   |
| <b>Categoria:</b>                           | Assistente Operacional   |
| <b>Grau de Complexidade:</b>                | 1  |
| <b>Remuneração:</b>                         | 1.ª posição remuneratória da carreira/categoria de assistente operacional  |
| <b>Suplemento Mensal:</b>                   | 0.00 EUR   |
| <b>Funções:</b>                             | Serviços de Mudanças: responsabilidade de «coordenação da equipa no terreno», coordenação e organização do serviço de mudanças do dia-a-dia, em função dos pedidos recebidos, agendamento, transporte, montagem e desmontagem (quando aplicável) e entrega dos bens, coordenação e execução da montagem/organização dos variados eventos oficiais que têm lugar no Ministério, assistência no transporte de louças, faqueiros e pratas, assistência em eventos oficiais. |
| <b>Caracterização do Posto de Trabalho:</b> |  |

### Requisitos de Admissão

|  |  |
|--|--|
| <b>Relação Jurídica:</b>                                       | Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário   |
| <b>Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:</b>     | a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;<br>b) 18 anos de idade completos;<br>c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;<br>d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;<br>e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. |
| <b>Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:</b> | DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro  |
| <b>Habilitação Literária:</b>                                  | 9º ano (3º ciclo ensino básico)  |

### Locais de Trabalho

| Local Trabalho   | Nº Postos | Morada          | Localidade | Código Postal  | Distrito | Concelho |
|--|-----------|-----------------|------------|----------------|----------|----------|
| Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros | 1         | Largo do Rilvas |            | 1399030 LISBOA | Lisboa   | Lisboa   |

**Total Postos de Trabalho: 1**

---

**Nº de Vagas/ Alterações**

---

---

**Formação Profissional**

---

---

**Outros Requisitos:**

---

---

**Formalização das Candidaturas**

---

**Envio de Candidaturas para:** Serviço de Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rilvas — 1399-030 Lisboa

**Contacto:** 21 3946439

**Data Publicitação:** 2018-06-12

**Data Limite:** 2018-06-26

---

**Texto Publicado**

---

**Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:**

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) 1) Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, previstos no Mapa de Pessoal para 2018 dos Serviços Internos da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, carreira/categoria de assistente operacional. 2) Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo. 3) Local de Trabalho: a) Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros Largo do Rilvas — 1399 -030 Lisboa 4) O procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal para 2018 da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros - desempenho de funções no âmbito da Divisão de Gestão de Espaços e Edifícios e Apoio aos Serviços Externos da Direção de Serviços de Administração Patrimonial e do Expediente do Departamento Geral de Administração na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5) Descrição sumária das funções por categoria/carreira e número de postos por função: O conteúdo funcional da carreira e categoria de assistente operacional são as funções constantes do Anexo à LTFP, mencionado no n.º 2 do artigo 88.º da LTFP. 6) Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 7) Caracterização sumária das funções por posto de trabalho: a) Serviços de Mudanças, em que: a. Responsabilidade de «coordenação da equipa no terreno»; b. Coordenação e organização do serviço de mudanças do dia-a-dia, em função dos pedidos recebidos; c. Agendamento, transporte, montagem e desmontagem (quando aplicável) e entrega dos bens; d. Coordenação e execução da montagem/organização dos variados eventos oficiais que têm lugar no Ministério; e. Assistência no transporte de louças, faqueiros e pratos; f. Assistência em eventos oficiais. 8) Habilitações literárias exigidas: a) Escolaridade mínima obrigatória, de acordo com a idade, ou seja, aos nascidos até 31/12/1966 é exigida a 4.ª classe; aos nascidos após 01/01/1967 é exigida a 6.ª classe ou 6.º ano de escolaridade e aos nascidos após 01/01/1981 é exigido o 9.º ano de escolaridade (sem prejuízo de eventuais situações já existentes e enquadráveis no âmbito do previsto na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto — 12 anos de escolaridade). O nível habilitacional exigido em função da idade não é passível de ser substituído por experiência em funções similares e equiparadas. 9) Posição remuneratória: O posicionamento remuneratório é determinado nos

termos do disposto na alínea b) do artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, sendo atribuída a 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 5 a que corresponde o valor de 580,00 (quinhentos e oitenta euros). 10) Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. a) Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP: i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; ii) 18 anos de idade completos; iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. vi) Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 8 do presente aviso. b) No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 11) Forma e prazo de apresentação das candidaturas: 1) Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/carreiras-e-oportunidades/carreiras-gerais#procedimento-concursal-de-regularizacao> 2) Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio internet: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/negocios-estrangeiros/informacao-adicional/avisos-sobre-procedimentos-concursais.aspx>, o qual deverá ser dirigido ao Diretor do Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e entregue pessoalmente ou remetido por correio registado, com aviso de receção, para Serviço de Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rivas — 1399 -030 Lisboa 3) No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura; identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 4) Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos: a) Fotocópia do Certificado de Habilitações; b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura, se aplicável; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável. 5) Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos. 12) Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 1) Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular e, caso exista mais de um candidato ao mesmo posto de trabalho, entrevista profissional de seleção. 2) A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso. 3) Entrevista profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 4) São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável); d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 14.4 do presente aviso. 5) Classificação final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula em que:  $CF = (70\%)$

AC + (30%) EPS CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular EPS = Entrevista Profissional de Seleção 6) No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º do mesmo diploma, mas preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção. 7) A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros e ainda na sua página eletrónica. 8) Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 9) As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 10) A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, após aplicação dos métodos de seleção. 11) O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 13) Composição e identificação do júri: Presidente: Maria da Luz Andrade, Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração. Vogais: 1.º Vogal efetivo: Elsa Prata, Chefe de Divisão de Expediente e Logística, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; 2.º Vogal efetivo: Eliana Sousa, técnica superior; 1.º Vogal suplente: Margarida Lagarto, Chefe de Divisão de Gestão de Espaços e Edifícios e Apoio aos Serviços Externos; 2.º Vogal suplente: Maria João Ramos, técnica superior. 14) A lista de classificação, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros; e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 15) Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrónica do Ministério dos Negócios Estrangeiros. 8 de junho de 2018. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, Pedro Sousa e Abreu.

#### Observações

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

#### Alteração de Júri

#### Resultados

**Questionário de Termino da Oferta**

---

**Admitidos****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Com Auxílio da BEP:****Recrutados****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Portadores Deficiência:****Total Com Auxílio da BEP:**